



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIEGO ANDRADE GOMES DE ABREU

**CONTROLE INTERNO NO SETOR CONTÁBIL: estudo realizado na
Prefeitura Municipal de João Pessoa.**

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

DIEGO ANDRADE GOMES DE ABREU

**CONTROLE INTERNO NO SETOR CONTÁBIL: estudo realizado na
Prefeitura Municipal de João Pessoa.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Prof. Ms. Valdério Freire de Moraes Júnior.

**João Pessoa – PB
2014**

DIEGO ANDRADE GOMES DE ABREU

**CONTROLE INTERNO NO SETOR CONTÁBIL: estudo realizado na Prefeitura
Municipal de João Pessoa.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Professor Ms. Valdério Freire de Moraes Júnior
Orientador (UFPB)

Professora Ms. Edmery Tavares Barbosa
Examinadora (UFPB)

Professora Ms Karla Katiuscia Nóbrega de Almeida
Examinadora (UFPB)

João Pessoa, 30 de Julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por está sempre me abençoando e a Nossa Senhora por está sempre intercedendo por mim.

Um dos momentos mais esperados finalmente chegou e não poderia deixar de agradecer todo o apoio e esforço de parte dos meus pais Derisvaldo e Conceição, por sempre fazerem o possível e o impossível para me proporcionarem as melhores condições de estudo e de vida.

Quero agradecer também os conselhos do Professor Alfredo (Diretor do Colégio GEO), colégio este onde passei por bons momentos da minha vida e colhi bons frutos. Chamava a atenção de seus alunos a respeito da importância de ser um bom profissional no mercado de trabalho e frisava sempre que era um privilégio para poucos estudar em uma Universidade Federal.

Agradeço a todo corpo Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba por ter proporcionado o conhecimento de modo para que eu possa contribuir de alguma forma com a Ciência Contábil.

Agradeço ao Professor Valdério, por ser sempre solícito e atencioso nas suas orientações. Fazendo com que eu seguisse firme no andamento da pesquisa.

Aos meus colegas de curso, que apesar das dificuldades, do cansaço do dia-a-dia e de alguns embates sempre estiveram dispostos a ajudar uns aos outros.

Agradeço pela compreensão e pelo aprendizado pessoal e profissional que obtive através da minha chefe e dos meus ex-chefes: Rosário Montenegro, Eronildo Costa e Hugo Gondim.

“Ainda que a minha mente e o meu corpo enfraqueçam, Deus é a minha força, ele é tudo o que sempre preciso.”

Salmo 73.26

RESUMO

O controle interno (CI) é um mecanismo existente na organização que determina o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com os objetivos de proteger os ativos; produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da entidade. Quando os objetivos do CI são alcançados, possibilita que a entidade tome decisões com mais confiabilidade e segurança. O presente trabalho teve como objetivos averiguar o nível do Controle Interno do Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva e qualitativa, envolvendo um estudo de caso no setor citado anteriormente. Para se chegar ao nível do CI, foi realizado um questionário com os servidores lotados neste setor. Os dados colhidos apontaram que o grau do CI em que se encontra o setor estudado é classificado como bom, por ter encontrado uma média de 77,62%. Conclui-se que o Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa tem um bom sistema de controle interno, contudo alguns procedimentos necessitam ser corrigidos e melhorados.

Palavras-chaves: Controle Interno, Setor Contábil, Prefeitura Municipal de João Pessoa.

ABSTRACT

The internal control (IC) is an existing mechanism in the organization that determines the set of procedures, methods and routines with the goals of protecting the assets; produce reliable financial data and assist management in the orderly conduct of the entity's business. When objectives are achieved IC, enables the authority to make decisions with more reliability and security. The present study aimed to investigate the level of the Accounting Internal Control Sector of the City of Joao Pessoa. For this descriptive and qualitative research, involving a study case in the aforementioned was performed. To arrive at the IC level, a questionnaire with servers in this crowded sector was conducted. The data collected showed that the level of CI is the studied sector is rated as good, to have found an average of 77.62%. We conclude that the Accounting Sector of the Municipality of João Pessoa has a good system of internal control, however some procedures need to be corrected and improved.

Keywords: Internal Control, Accounting Sector, Municipality of João Pessoa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Elementos essenciais no Sistema de Controle Interno.....	17
Figura 2: Visão gráfica de um fluxo de operações sem visão de processo.....	22
Figura 3: Visão gráfica de um fluxo de operações com visão de processo.....	24
Figura 4: Sistema de Controle Interno (Art.74 da CF).....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero dos servidores.....	31
Tabela 2: Faixa etária dos servidores.....	32
Tabela 3: Nível de escolaridade dos servidores.....	32
Tabela 4: Tempo de atuação no serviço público.....	33
Tabela 5: Questionário de avaliação do nível de Controle Interno.....	33
Tabela 6: Nível de Controle Interno encontrado.....	35

LISTA DE SIGLAS

CEO – Chief Executive Officer (Diretor Executivo)
CF – Constituição Federal
CFO – Chief Financial Officer (Diretor Financeiro)
COSO – Committee of Sponsoring Organizations
CI – Controle Interno
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCI – Manual de Controle Interno
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
PPA – Plano Plurianual
SAGRES-PB – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da
Sociedade da Paraíba
SOX – Sarbanes-Oxley
SEC – Securities and Exchange Commission

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Conceitos introdutórios	11
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivos Gerais.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Controle Interno	15
2.2 Lei Sarbanes – Oxley	17
2.3 Tipos de controle	20
2.4 Utilização e funcionamento do Controle Interno.....	22
2.5 Controle Interno nos órgãos públicos	24
2.6 Estudos recentes sobre Controle Interno.....	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
4. ANÁLISE DOS DADOS	31
4.1 Perfil dos entrevistados	31
4.2 Questões de avaliação do Controle Interno	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	40

1 INTRODUÇÃO

1.1 Conceitos introdutórios

Almeida (2010, p.42) cita que o controle interno é: “[...] o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa [...]”. Portanto o Controle Interno (CI) é uma das principais ferramentas para uma gestão que prioriza qualidade e organização nas informações geradas pelos usuários do sistema de CI, garantindo o máximo de segurança da informação.

O controle deve ter por finalidade o estabelecimento de padrões, fazendo com que os erros que possam vir a ocorrer se transformem em uma realidade constante, por meio do controle de suas causas, atentando-se para a rotina determinada para que haja um aperfeiçoamento desta rotina (MORAES JR; ARAUJO, 2013).

É esta ferramenta do controle que contribui para que os profissionais responsáveis possam vir identificar falhas no sistema tais como informações e atividades passadas de maneira descuidada, sem atentar-se com o nível da informação futura (DIAS, 2010).

Conforme Dias (2010, p.02):

Isso ocorre porque as áreas apenas estão interessadas em executar sua parte no processo, atentando para que meramente o seu procedimento esteja correto. Não existe a preocupação com o resultado final. As áreas ocupam uma posição de egoísmo, fechando-se em suas atribuições e esquecendo-se de que o importante é o resultado final do processo.

As falhas podem ocorrer pela limitação dos responsáveis pelos procedimentos estarem acomodados em realizar apenas aquilo que lhe é conveniente e designado. É relevante que o trabalho seja executado de maneira correta, mas, além disso, carece do profissional executar a tarefa pensando no produto final do sistema.

De forma efetiva a entidade precisa demonstrar de maneira clara a responsabilidade do profissional envolvido no sistema de controle interno e mostrar o quanto ele é importante para que a informação produzida por ele seja realizada

com qualidade. Attie (2000, p.117), afirma que: “[...] as pessoas que compõem as empresas precisam receber informações adequadas para a realização de suas tarefas [...]”.

A entidade que opera desta forma demonstra que possui visão de processo de controle interno, uma vez que possibilita minimizar falhas nas rotinas de trabalho. Conforme Dias (2010, p. 2) “[...] as informações e operações fluem de uma forma contínua e uniforme [...]”.

Dessa forma, Moraes Jr e Araujo (2013, p. 7) afirmam que: “[...] toda organização enxerga no controle interno um meio para assegurar seu êxito, tendo em vista a intenção em atingir os seus objetivos operacionais [...]”.

Para tanto, Attie (2000, p.111) afirma que: “o controle tem significado e relevância somente quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial”.

Dias (2010, p. 9), reforça sobre a padronização dos procedimentos de controle interno dizendo que: “quando se cria um padrão para os controles internos da empresa, são identificados, para cada etapa dos processos adotados, as políticas e critérios adotados para sua execução de forma eficaz”.

O Controle Interno na Administração Pública é uma exigência legal, contudo, essa ferramenta é presente para justificar a otimização dos escassos recursos públicos. É tido como algo que age para realizar a promoção da defesa do patrimônio público, especialmente à vigilância dos índices da dívida pública. Constitui-se, então, em um valioso instrumento para o processo decisório e o direcionamento das ações governamentais, via planejamento (OLIVEIRA FILHO, 2010).

A Lei 4.320/64 foi à responsável por um grande marco na idealização de uma administração financeira e contábil firme no Brasil. Nela foram estabelecidas regras com o objetivo de propiciar o equilíbrio das finanças públicas, tratando e aplicando orçamento público como sendo a mais importante ferramenta para almejar o objetivo proposto (MCASP, 2012).

A Lei citada anteriormente auxilia na salvaguarda do erário público e é importante devido o fato de seus artigos guiarem para que os procedimentos de contabilidade, orçamento e controle sejam realizados da maneira correta.

Por intermédio do que foi exposto, elaborou-se o seguinte questionamento para esta pesquisa: **Qual o nível do Controle Interno do Setor Contábil da Prefeitura de João Pessoa?**

1.2 Objetivos

Com a finalidade de dirigir o estudo apresentado, foram elencados os seguintes objetivos geral e específicos:

1.2.1 Objetivos Gerais

Analisar o nível do Controle Interno do setor contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar o perfil dos profissionais do Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa;
- b) Verificar de que forma as tarefas são utilizadas no setor supracitado;
- c) Averiguar o grau do Controle Interno do setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

1.3 Justificativa

As organizações que programem políticas públicas e que atinjam os objetivos que a sociedade espera, devem se estruturar internamente para que possuam planos, sistemas de autorização e procedimentos de registro, pessoal competente e estruturas de auditoria (RIBEIRO FILHO et al., 2009).

Da mesma forma que o Controle Interno no Setor Público é importante para o gestor, é também para os cidadãos que esperam que os recursos públicos sejam

aplicados corretamente. Por isso, a importância de um controle interno eficiente e eficaz.

Esse estudo se faz necessário, pela relevância de pretender mostrar como se encontra o nível do Controle Interno do Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A pesquisa é importante pelo fato de analisar o Controle Interno do Setor Contábil do principal município do Estado da Paraíba, este que deve ser espelho para os demais poderes municipais paraibanos. Poderá também contribuir para que ocorra um sistema de controle interno mais apropriado no setor supracitado, pois o Setor Contábil é de extrema importância no setor público devido o fato deste ser responsável por produzir as informações contábeis da gestão que são exteriorizadas para a sociedade.

O controle interno alcança todas as unidades administrativas do ente público, seja administração direta ou indireta, e ainda, entidades que recebam recursos públicos e que devam prestar contas (SILVA; NIYAMA, 2011).

Conforme Castro (2010, p.157-158), a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.8 (NBCT) afirma que:

O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo: (a) a preservação do patrimônio público; (b) o controle da execução das ações que integram os programas; (c) a observância as leis, aos regulamentos e as diretrizes estabelecidas.

No Setor Público, a responsabilidade do gestor do Município é ampla, pois além de ser responsável pelos seus atos, ele tem a responsabilidade de responder por possíveis atos irregulares cometidos por terceiros, ou seja, todas as esferas da área pública estão obrigadas a estarem atentas as normas estabelecidas do CI.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo versa sobre assuntos relacionados ao controle interno: Lei Sarbanes-Oxley, tipos, utilização e funcionamento, controle interno nos órgãos públicos, além de estudos recentes sobre o tema.

2.1 Controle Interno

A palavra controle em francês, *contrôler* significa registrar, inspecionar, examinar e sempre esteve ligada às finanças. Já em italiano, *controllo* significa o mesmo que registro ou exame (CASTRO, 2010).

Segundo o dicionário de Aurélio, controle é: “ato ou poder de controlar, fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, etc., para que não se desviem de normas preestabelecidas” (FERREIRA, 1988, p.136).

Almeida (2010, p.42) comenta que o controle interno:

representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Crepaldi (2007, p.269) afirma que Controles Internos são:

todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa. Permitindo que os gestores possam prever observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da organização e que produzam reflexos em seu patrimônio.

O Controle Interno (CI) trata de maneira organizada como devem ser conduzidas as condutas das pessoas responsáveis pelas atividades dentro da entidade. Objetivando que os procedimentos sejam cumpridos da mesma maneira que havia sido pré-estabelecido, evitando-se que erros ou fraudes afetem de forma negativa o patrimônio da organização.

Controles internos são todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar,

dirigir ou governar os eventos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio (FRANCO e MARRA, 2009).

Já Attie (2000, p.112) corrobora com os conceitos de controle interno do autor anteriormente citado, afirmando que: “[...] o controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos [...]”.

São estes instrumentos que vão possibilitar um planejamento do que vai ser executado, garantindo assim uma maior eficiência e eficácia nos procedimentos de rotina da entidade, facilitando assim uma melhor tomada de decisões por parte dos gestores.

O controle interno é o plano de organização, métodos e medidas coordenados, adotados pela organização para proteger os seus ativos, além de conferir a efetividade operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas. Busca-se estabelecer padrões, medir o desempenho real e agir preventivamente, assegurando que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas (JUND, 2001).

O CI tem como objetivo levar à Administração uma informação livre ou quase livre de erros, proporcionando segurança para que os gestores não venham a tomar deliberações equivocadas em certas situações.

Alguns elementos são, consoante Attie (2000), de tais formas essenciais para um controle interno adequado, como por exemplo:

- 1) Plano de organização pelo qual se organiza um sistema;
- 2) Métodos, medidas, meios de comparação e julgamento para se chegar a determinado fim;
- 3) Proteção do patrimônio;
- 4) Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis;
- 5) Eficiência operacional;
- 6) Políticas administrativas que compreendam o sistema de regras relativas à direção dos negócios e à prática dos princípios, normas e funções para a obtenção de determinado resultado.



Figura 1: Elementos essenciais no Sistema de Controle Interno
 Fonte: Site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Os seis elementos apresentados na Figura 1 (Elementos essenciais no Sistema de Controle Interno) e na citação de Attie (2010) representam a essência de para um alcance de um sistema de controle interno eficaz e eficiente. A organização que apresenta o sistema de controle interno com essas características provavelmente consegue transmitir e levar aos gestores informações verídicas.

2.2 Lei Sarbanes – Oxley

Criada em 2002 nos Estados Unidos, a Lei denominada Sarbanes-Oxley (SOX), em homenagem aos seus autores Paul Sarbanes e Michael Oxley. Essa Lei repleta de reformas para a governança corporativa, divulgação e contabilidade, busca por meios tangíveis, “reparar” a perda da confiança pública (DELOITTE, 2003).

Conforme o site da Folha UOL (2003), a Enron, grande empresa da atuação do setor de energia, solicitou concordata o que implicaria na sua falência, após ter sido alvo de várias denúncias de fraudes contábeis e fiscais. A empresa realizara parcerias fraudulentas que resultaram na manipulação do balanço financeiro da Enron e permitiu esconder débitos de aproximadamente US\$ 25 bilhões. A empresa conseguiu inflar artificialmente os seus contratos e o seu lucro, a investigação indicou que ex-executivos; contadores; instituições financeiras e escritórios de advocacia tiveram participação direta ou indiretamente na falência da entidade.

A SOX foi criada para combater casos como o da Enron, empresa em que ocorreu fraudes e maquiagens contábeis.

Conforme Dias (2010, p.34-35), a Seção 302 da Lei Sarbanes-Oxley determina que:

A Seção 302(a) do Ato passa a requerer que o CEO e o CFO certifiquem as informações financeiras e não financeiras contidas nos relatórios anuais. Esta certificação também inclui controles internos, definidos em duas dimensões: a) controles internos propriamente ditos; b) controles e procedimentos de divulgação (disclosure controls and procedures). O modelo de certificação a ser assinado pelo CEO e CFO deve ser exatamente o mesmo apresentado no Ato, não sendo permitidas modificações. Este ato introduziu responsabilidades criminais que, em certos casos, podem envolver prisão de até 20 anos para CEOs e CFOs pelo fornecimento proposital ou não, de certificações incorretas ou não verdadeiras.

Essa Seção 302(a) atesta a certificação dos responsáveis pela organização, dando ciência que todos os controles e todos os procedimentos estão sendo verificados, os responsabilizando criminalmente por certificações inverídicas.

Dando seguimento, Dias (2010, p.35) afirma que:

A Sarbanes-Oxley é contundente quanto ao papel crítico dos controles internos, definindo-o como um processo desempenhado pela alta gestão, diretores, gerentes e demais funcionários, visando a alcançar o sucesso no negócio, em três categorias: a) Eficiência e eficácia das operações; b) Confiança nos reportes financeiros; c) Submissão às leis e regulamentos aplicáveis.

Portanto, depois da Criação da Sarbanes-Oxley ficou claro a importância dos gestores no acompanhamento do sistema de controle interno das organizações. A Lei trouxe uma maior responsabilidade por parte deles, pois determina que devam ocorrer verificações periódicas de controles e procedimentos para atingir prosperidade na organização.

De acordo com Dias (2010, p. 36) a Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley determina: “[...] uma avaliação anual dos controles e procedimentos internos para elaboração dos reportes financeiros”.

Já Deloitte (2003, p.9) complementa sobre a Seção 404 afirmando que: “Como a Seção 302, ela exige que os Diretores Executivos e os Diretores Financeiros avaliem e atestem periodicamente a eficácia desses controles”.

A Seção 404, conforme Deloitte (2003, p.09) obriga as companhias que:

- 1) Afirme sua responsabilidade pelo estabelecimento e pela manutenção de controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios financeiros;
- 2) avalie e atinja conclusões acerca da eficácia dos controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios financeiros;
- 3) declare que o auditor independente da companhia atestou e reportou a avaliação feita pela administração sobre seus controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios financeiros.

A manutenção do controle interno possibilita que as revisões apontem se os controles estão sendo bons, pode ocorrer que os procedimentos de CI realizados em um período não sejam tão interessantes para o outro período. Além de declarar que a auditoria concordou sobre a avaliação realizada pela Administração.

Uma sólida estrutura de controles internos pode contribuir para que a companhia tome melhores decisões operacionais e alcance informações mais pontuais fazendo com que conquiste a confiança dos investidores, evitando assim uma maior evasão de recursos (DELOITTE, 2003).

Para Dias (2010), três passos são importantes para o desenvolvimento do programa de controle interno:

- 1) Comprometimento e organização – Entender a aplicação da Lei Sarbanes-Oxley e de qual forma ela pode ajudar no desenvolvimento deste programa;
- 2) Escolher uma estrutura adequada de controle interno – Com o intuito de alcançar os objetivos da Sarbanes-Oxley, várias entidades desenvolverão sua estrutura de controle interno conforme as recomendações do COSO;
- 3) Estabelecer um programa de controle interno – Planejando o projeto, avaliando o ambiente de trabalho, definindo o escopo, realizando testes iniciais e de continuidade e monitorando a eficiência em todo o programa de controle interno e infraestrutura (DIAS, 2010).

Na contramão a isto, as companhias que por ventura não constituírem os controles exigidos pela Sarbanes-Oxley poderão apresentar maior exposição à fraude, como também serem penalizadas pela SEC. Fora que haverá uma publicidade negativa para a companhia, além de expor um impacto negativo sobre o valor do acionista (DELOITTE, 2003).

A Lei Sarbanes-Oxley veio para reforçar ainda mais a importância do Controle Interno dentro das entidades, apresentando proveitos tanto para gestores como também para investidores.

2.3 Tipos de controle

Os controles contábeis são aqueles que têm como objetivo proteger os ativos e produzir dados contábeis confiáveis. Já os controles administrativos, são aqueles controles que ajudam a administração na condução ordenada dos negócios da empresa (ALMEIDA, 2010).

Para Attie (2010) existem dois tipos de controles, os controles contábeis e os controles administrativos.

1) Controles Contábeis são aqueles que compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, especialmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Usualmente incluem controles do tipo: sistema de autorização e aprovação; separação das funções de escrituração e elaboração dos relatórios contábeis daquelas ligadas às operações ou custódia dos valores; e controles físicos sobre estes valores.

2) Controles Administrativos são aqueles que abrangem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que tratam da eficiência operacional e também da decisão política traçada pela administração. Exemplos: análises estatísticas; relatórios de desempenho; programas de treinamento (ATTIE, 2010).

Os controles contábeis destinam-se a dar certeza aos números apresentados nas demonstrações contábeis. Todo mecanismo de controle que objetiva dar sustentação aos números expostos no balanço, são conhecidos como controles contábeis. Enquanto aqueles que visam sustentar os atos praticados ou que se relacionam com as metas são conhecidos como controles administrativos (CASTRO, 2010).

Ambos os controles são integrantes do sistema de controle interno, e para que ocorra um CI adequado é necessário que tanto o controle contábil como o controle administrativo estejam bem relacionados. Enquanto os controles contábeis possuem foco com a segurança patrimonial da entidade e transparência dos registros contábeis, os controles administrativos estão mais voltados para a eficiência e eficácia das rotinas administrativas das organizações.

Como controles contábeis apresentam-se alguns exemplos: sistemas de conferência, aprovação e autorização; segregação de funções; controles físicos sobre ativos; auditoria interna. Já como controles administrativos, seguem também

alguns exemplos: controle de qualidade, treinamento de pessoal, estudos de tempos e movimentos (ALMEIDA, 2010).

Os controles internos podem ser classificados de 4 (quatro) formas, conforme Jund (2001):

- 1) Quanto à função: Preventivos: procuram prever antecipadamente problemas ou desvios do padrão, ex: manual de definição de responsabilidade. Detectivos: apontam os problemas durante a ocorrência do fato, mas não impedem que eles ocorram ex: sistema de alarme contra incêndio. Corretivos: Atuam na investigação e na correção das falhas detectadas, ex: relatório de exceções.
- 2) Quanto à forma de implementação: Lógicos e técnicos
- 3) Quanto ao processo decisório: Verticais e horizontais;
- 4) Quanto à natureza: Contábeis: relacionados com a proteção dos ativos e com a validade dos registros contábeis, ex: sistema de segregação de funções. Administrativos: relacionados à eficiência operacional e o cumprimento das políticas administrativas: “Relacionam-se indiretamente com os controles contábeis e incluem controles estatísticos: programas de treinamento de pessoal, controles de qualidade, entre outros” (JUND, 2001).

Dias (2010, p.5) discorda das classificações citadas nos pontos 2 e 3 colocadas por Jund, afirmando que: “Embora essa classificação tenha a finalidade de proporcionar melhor compreensão da forma ideal de aplicação de controles, este conceito corre o risco de limitar ou rotular a sua avaliação”.

Ainda segundo autor supracitado acima, a função do CI é classificada de três maneiras:

- 1) Preventivo: Atua de forma que evite que o problema aconteça, norteando os passos a serem seguidos no processo.
- 2) Detectivo: Age de forma a verificar ou descobrir onde o erro está ocorrendo, mas sem evitar que o mesmo ocorra.
- 3) Corretivo: Serve para realizar a correção dos problemas encontrados no processo, mas após os mesmos já terem ocorrido (DIAS, 2010).

Na classificação do controle interno quanto à função, a função preventiva desempenha importante atuação no CI. Pois possibilita que o erro não venha a acontecer. Ao contrário das funções detectiva e corretiva que apenas aponta onde se encontra o erro e corrige o problema ocorrido respectivamente.

2.4 Utilização e funcionamento do Controle Interno

A relevância do controle interno tem sido reconhecida como um fator preponderante pelos responsáveis das organizações. Na metade do século passado, tinha-se o controle do caixa como elemento principal de preocupação. E para evitar isto, bastava que o caixa estivesse nas mãos do dono do negócio ou de algum funcionário de confiança. Posteriormente com o desenvolvimento do sistema bancário e o aumento do uso de meios de pagamento por meio de bancos, o conceito de caixa passou para disponibilidades abrangendo recursos de contas bancárias e em espécie. A partir daí surgiu a percepção de que informações confiáveis são um meio indispensável para o mecanismo de controle nas organizações (D'AVILA; OLIVEIRA, 2002).

O controle interno sempre esteve presente nas organizações, antigamente havia apenas uma atenção mais voltada para o caixa e com o passar do tempo tornou-se uma ferramenta que tornaram as informações como um suporte fundamental para o controle.

O Manual de Controle Interno (MCI) de uma entidade é um mecanismo que auxilia na visão de processo para o fluxo de atividades da organização. A visão de processo pressupõe que as áreas não são independentes no processo e que elas participam do produto final compreendendo a importância de sua participação, assim como a de todas as outras áreas envolvidas no processo (DIAS, 2010).

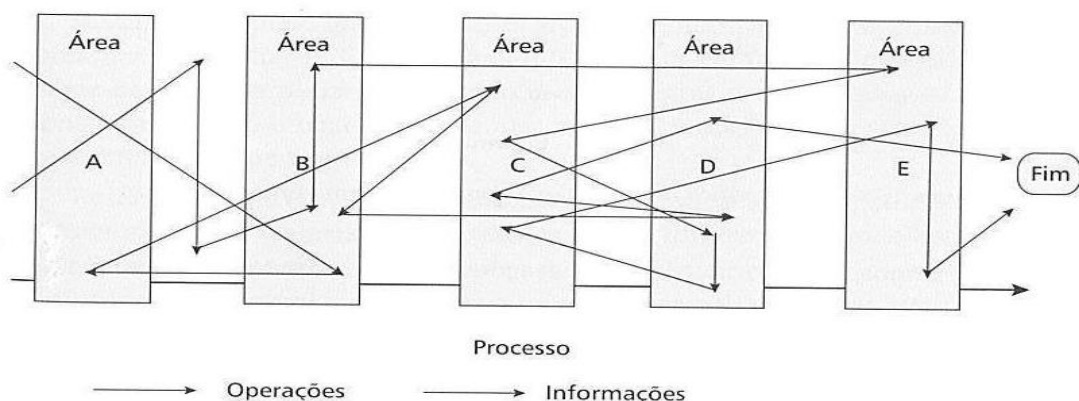


Figura 2: Visão gráfica de um fluxo de operações sem visão de processo
Fonte: (Dias, 2010, p.1)

A Figura 2 (Visão gráfica de um fluxo de operações sem visão de processo) apresenta um fluxo de operações desordenado dentro da entidade, o que dificulta a

compreensão do produto final. Pelo o que é apresentado na figura, essa organização provavelmente não implantou um manual de controles internos. Os responsáveis pelas 5 (cinco) áreas talvez não tenham conhecimento do produto final, o que está acarretando a realização do mesmo processo por diversas vezes, trazendo prejuízos à organização.

O conjunto das atividades de uma organização não deve focalizar apenas as rotinas de forma departamental. É considerável a participação de todas as áreas de uma Prefeitura ou de qualquer órgão para que se atinja a busca de um determinado resultado. Portanto, o que se procura é identificar o processo adotado para se atingir um resultado (GLOCK, 2007).

O Manual de Controles Internos (MCI) auxilia a organização a alcançar a eficácia do produto final de cada processo, esse Manual tem como finalidade:

- 1) Criar um padrão para os Procedimentos adotados nos Processos Operacionais, Administrativos e Financeiros de uma Empresa;
- 2) Facilitar a utilização dos documentos; formulários e anexos inerentes aos processos envolvidos, deixando claro que o cumprimento destas regras e orientações é obrigatório a todos os envolvidos nos Processos (DIAS, 2010).

O MCI propicia que os procedimentos pré-estabelecidos pela organização ocorram de maneira padronizada, possibilitando que os seus usuários deste Manual possam ter o conhecimento do produto final. Não deixando apenas que o usuário realize sua tarefa apenas por realizar, mas além de executar possuir também o conhecimento do que está sendo feito e para que esteja sendo produzida tal atividade.

Os controles internos, definidos pelo COSO são processos executados pela Administração da entidade e levam o sucesso operacional em três categorias consoante Deloitte (2003):

- 1) Eficácia e eficiência das operações;
- 2) Confiabilidade dos relatórios financeiros;
- 3) Cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.

Na Figura 3 (Visão gráfica de um fluxo de operações com visão de processo) apresentada posteriormente depara-se com uma organização que implantou um Manual de Controle Interno adequado. Para tanto o processo é conhecido por todos

os que estão envolvidos, ou seja, todas as áreas. Assim o produto final (operações e informações) é alcançado de maneira efetiva.

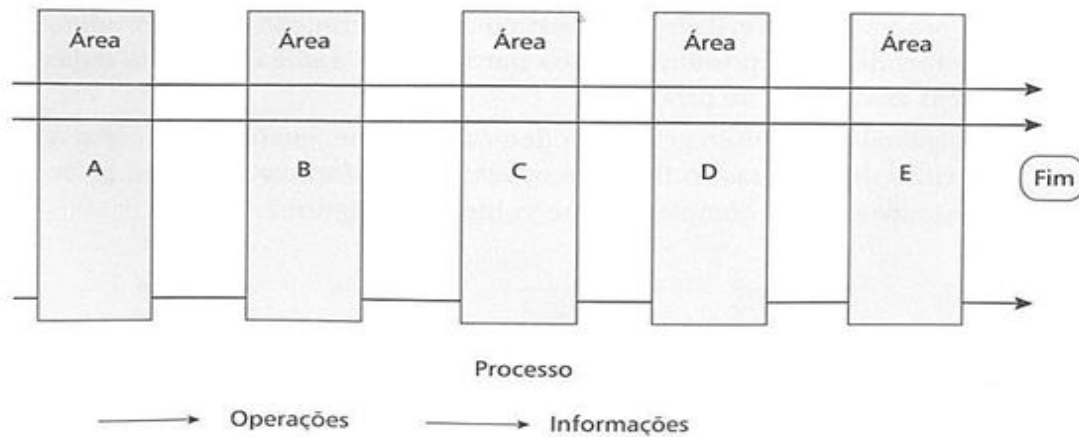


Figura 3: Visão gráfica de um fluxo de operações com visão de processo
Fonte: (DIAS, 2010, p.2)

2.5 Controle Interno nos órgãos públicos

Segundo o histórico apresentado por Castro (2010), a origem do controle interno na esfera federal foi marcada pelo problema do nosso país ser incapaz dispor de garantias para obter empréstimos junto aos ingleses, ou seja, não apresentava uma contabilidade organizada que produzisse informação sobre a real situação financeira, econômica e patrimonial do Governo.

Este problema teve forte repercussão na sociedade e contribuiu para a discussão sobre o papel do controle. Depois das ocorrências citadas, houve a criação em 1921 da Contadoria Geral da República. Em 1922 foi criado o Código de Contabilidade Pública, com 108 artigos, pelo Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922. A estruturação inicial do órgão de contabilidade foi feita baseada nas principais informações exigidas para a realização dos balanços no setor público (CASTRO, 2010).

Em 1946, a Constituição Federal deste ano trouxe uma série de medidas destinadas a aumentar o controle sobre os atos da Administração Pública. A partir daquele momento, os contratos só seriam considerados válidos depois de registrados pelo Tribunal de Contas.

Em 1964 Ocorreu à aprovação da Lei 4.320/64, por meio dela ficou claramente definida a separação entre controle interno, exercido pelo Governo e o controle externo cuja responsabilidade caberia ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União. Um ano depois da aprovação desta Lei houve alterações constitucionais, legais, organizacionais e de foco, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 consagrou as mudanças dela. Além de determinar o controle interno como apoio ao Externo e transferir definitivamente para o Poder executivo o controle prévio dos atos de gestão dos contratos (CASTRO, 2010).

Este histórico acima apresentado por Castro (2010) demonstra a história do controle interno no Brasil que surgiu com o problema da incapacidade do Brasil contrair empréstimo no exterior, fazendo com que despertasse o interesse do Governo e da sociedade pelo desenvolvimento da área pública.

Aos poucos a Contabilidade Pública começou a se organizar e com o passar dos anos o controle interno ganhou força e o Tribunal de Contas passou a ser mais rigoroso quanto ao controle. Em 1964, houve a criação da Lei 4.320 que foi um grande marco e é utilizada até hoje, recentemente completaram-se 50 anos desta lei e foi através desta que apareceram as expressões denominadas “Controle Interno” e “Controle Externo”.

Com o fim da ditadura militar, foi promulgada em 05 de Outubro de 1988 a Constituição da República do Brasil. Conforme o art.74 da Constituição Federal (CF):

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: **I** - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; **II** - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; **III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; **IV** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. **§ 1º** - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. **§ 2º** - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

A figura 4 (Sistema de Controle Interno Art.74 da CF) apresentada a seguir, retrata o artigo 74 da Constituição Federal que apresenta os deveres dos Poderes

Legislativo, Executivo e Judiciário em relação ao controle interno. No seu inciso um, determina que ocorra uma avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual, ex: desenvolvimento. Além de verificar a execução de programas de governo e verificar ocorrência de superávit ou déficit.

O inciso dois apresenta que há um órgão jurídico regulamentando o controle interno, verificando se o que foi gasto está de acordo com a situação patrimonial dos órgãos e dos entes federativos, além dos gastos públicos investidos em entidades de direito privado.

Já o artigo 74 no seu inciso três, demonstra que o controle também deve ser observado nos empréstimos contraídos e nas garantias oferecidas. Por fim, o inciso quatro mostra que o controle externo buscará informações junto ao controle interno, cabendo a este contribuir e apoiá-lo.

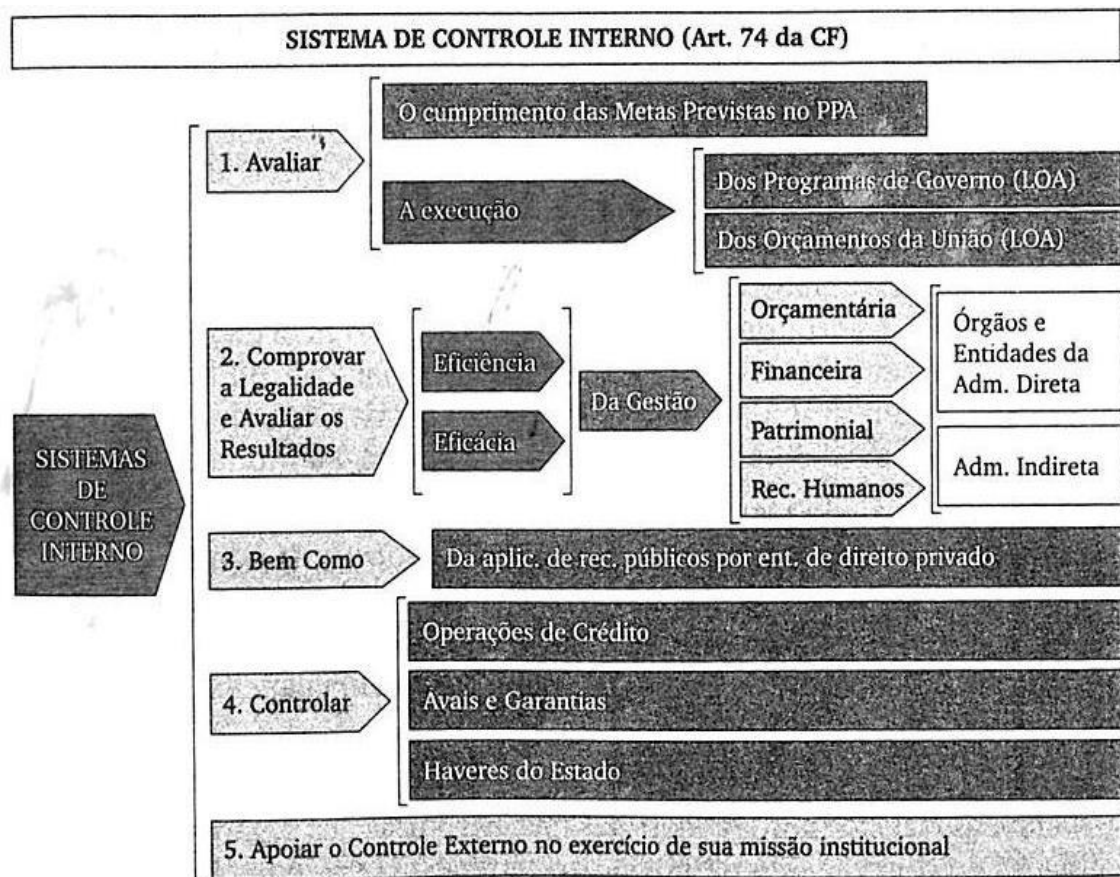


Figura 4: Sistema de Controle Interno (Art.74 da CF)

Fonte: (Castro, 2010, p.319)

2.6 Estudos recentes sobre Controle Interno

Morais (2008) em seu estudo concluiu que o controle é importante para a gestão e a partir das informações deste é que são tomadas as decisões por partes dos gestores. O Controle Interno é responsabilidade de todas as áreas envolvidas no processo fazendo com que se previna, corrija e identifique os erros.

Para Oliveira (2009), o sucesso da continuidade de uma organização depende da necessidade de um controle interno contínuo, pois a implementação desse mecanismo irá contribuir para identificar, prevenir e corrigir possíveis perdas que possam vir a comprometer o sucesso empresarial. Além de tudo é fundamental que haja a conscientização dos funcionários para que este controle seja colocado em prática.

A pesquisa realizada por Selhorst (2009) teve como questão norteadora apresentar a importância do controle interno na gestão das empresas, em particular dos estoques. Concluíram-se que para que os controles internos de estoque e a auditoria desenvolvam seus papéis de forma correta é preciso haver uma mudança cultural no desenrolar das atividades, além da segregação de função

No estudo realizado por Leite (2011), observou-se que pela falta de um controle interno adequado na cidade de Santana dos Garrotes - PB, o município teve as contas dos anos de 2002, 2004, 2005 e 2008 reprovadas. Isso impossibilita que a gestão pudesse firmar convênios e parcerias com o Governo Federal e Estadual.

Conforme pesquisa elaborada por Rocha (2011), tendo como base o município de Esperança - PB ficou demonstrado que para o êxito da gestão é necessária a implantação do sistema de controle interno. Esse estudo revelou que o Controle Interno é realizado em todos os departamentos como forma de elencar possíveis problemas da gestão, fazendo com que medidas corretivas sejam tomadas sobre os procedimentos errados proporcionando uma orientação saudável e preventiva, garantindo assim um maior zelo com o erário público.

Na pesquisa realizada por Moraes Jr e Araujo (2013), tendo como base um estudo multicaso de 5 (cinco) empresas no ramo de serviços contábeis percebeu-se que estas possuem bons níveis de sistemas de Controle Interno, apresentando 76,66% das afirmativas positivas, entretanto como ponto negativo de CI ficou

demonstrado o atraso no envio de documentos por partes de clientes. Além da falta de contadores no acompanhamento das atividades dos operadores.

Para Rodrigues (2013), ficou constatado que as maiorias dos gestores públicos brasileiros rejeitam o controle por não reconhecerem como um aliado da gestão, para muitos desses gestores o controle é tratado como um espião. O Controle Interno auxilia o gestor na monitoração e no acompanhamento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compreende-se como procedimentos metodológicos a forma como vai ser conduzida a pesquisa. Descrevendo os métodos utilizados, os tipos de pesquisa, a forma de coleta de dados.

Quando se trata dos objetivos da pesquisa, esta pode ser classificada em três tipos: exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa utilizada no trabalho se caracteriza como descritiva, pois visa reproduzir o nível em que se encontra o Sistema de Controle Interno do Setor Contábil da Prefeitura de João Pessoa. Além de estabelecer variáveis enumerando as possíveis circunstâncias para tal fato. Para Gil (2008, p.42) as pesquisas descritivas são tratadas da seguinte forma:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Alves (2007, p.54) corrobora com Gil com a opinião acima citada, sobre pesquisa descritiva, salientando que:

Descreve as características de uma população ou de um fenômeno, ou ainda estabelece relações entre fenômenos (variáveis). Adota-se como procedimento a coleta de dados, com uso da entrevista e da observação, e como recursos, os questionários e/ou formulários, entre outros. É muito usada nas pesquisas de levantamento.

Esta pesquisa trata da descrição do nível em que se encontra o Controle Interno do Setor Contábil, mostrando o levantamento realizado no setor estudado e apresentando a forma na qual se encontra o nível deste.

A eficácia do sistema de controle interno é medida a partir dos quesitos positivos 100% (cem por cento), quesitos negativos 0% (zero por cento) e quesitos em parte/às vezes 50% (cinquenta por cento) classificando conforme os seguintes critérios: caso o nível de controle interno seja ótimo estará entre 80 a 100% (oitenta a cem por cento); se for bom estará entre 70 a 79% (setenta a setenta e nove por cento); no caso de ser considerada regular estará entre 41 a 69%, demonstrando que o sistema de controle interno apresenta falhas consideráveis e se tiver até 40%

o nível será insuficiente, ou seja, precisando que o controle interno precisa ser reavaliado (MORAES JR; ARAUJO, 2013).

Para se encontrar o nível de controle interno foi feita soma das questões “sim” (100%) e feito uma média, como também se somou questões assinaladas em parte (50%), dividiu-se por 2 (dois) e fez-se a média. Vale ressaltar que a média foi extraída através da quantidade de questões que foram 15 (quinze). Depois as médias foram somadas para se chegar ao nível do CI.

No tocante a classificação das pesquisas quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta é classificada em bibliográfica e de estudo de caso. Segundo Gil (2008, p.44), pesquisa bibliográfica é aquela “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Já Alves (2007, p.55) alerta para a seguinte questão sobre pesquisa bibliográfica: “deve-se ter o cuidado de, ao escolher tais fontes, certificar-se de que sejam seguras”.

Nas pesquisas de estudo de caso, considera-se que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou de alguns objetos, permitindo o amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2008).

A pesquisa foi realizada no Setor Contábil da Prefeitura do Município de João Pessoa, responsável por elaborar a prestação de contas anual e auxiliar a gestão municipal. Este setor abrange uma quantidade de 15 (quinze) servidores que contribuem diretamente no processo contábil. Onde 1 (um) recebe os processos e tramita para os conciliadores, 8 (oito) realizam as conciliações bancárias, 1 (um) é responsável pelo registro contábil dos processos enviados pelos conciliadores, 1 (um) é responsável pelo lançamento contábil enviado pelo registrador, 2 (dois) são responsáveis pelo arquivo dos processos deste setor, 1 (um) é estagiário e 1 (um) é o responsável pela Contabilidade Geral.

Para tanto, esse trabalho abordou o tema de forma qualitativa, com o intuito de averiguar o nível do Controle Interno no Setor citado anteriormente.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Esse capítulo versa sobre a análise dos dados obtidos pelos questionários aplicados no Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

4.1 Perfil dos entrevistados

No que diz respeito à primeira parte da pesquisa que se refere ao perfil dos entrevistados teve-se como pergunta inicial: o gênero dos respondentes. Conforme Tabela 1 (Gênero dos servidores), a porcentagem da referida pergunta foi de 35,71% masculino e 64,29% do sexo feminino.

Tabela 1 - Gênero dos servidores		
Gênero	Quantidade	Porcentagem
Masculino	5	35,71%
Feminino	9	64,29%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Em seguida conforme Tabela 2 (Faixa etária dos servidores), foi perguntado sobre a faixa etária dos servidores daquele setor e assim, obtiveram-se as seguintes respostas: 7% apresentam idade de 21 a 30 anos, 28,57% estão com idade de 31 a 40 anos e a com 64,29% dos entrevistados apresenta acima de 41 anos.

Tabela 2 - Faixa etária dos servidores		
Faixa etária	Quantidade	Porcentagem
De 18 a 20 anos	0	0%
De 21 a 30 anos	1	7,14%
De 31 a 40 anos	4	28,57%
Acima de 41 anos	9	64,29%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

De acordo com a Tabela 3 (Nível de escolaridade dos servidores) em relação ao nível de escolaridade nenhum tem o nível médio, o curso técnico tem 21,43%, apresentam pós-graduação 14,29% dos respondentes e 64,29% possuem nível superior.

Tabela 3 - Nível de escolaridade dos servidores

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Nível Médio	0	0%
Nível Superior	9	64,29%
Curso Técnico	3	21,43%
Pós-Graduação	2	14,29%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Conforme Tabela 4 (Tempo de atuação no serviço público), quando perguntados sobre o tempo de atuação no serviço público obtiveram-se as respostas a seguir: os servidores com 1 a 3 anos de serviço representam 7,14% do total, os respondentes de 3 a 5 anos de serviço e de 5 a 10 anos de serviço possuem 21,43% e 50% da amostra tem de 5 a 10 anos de atuação no serviço público.

Tabela 4 - Tempo de atuação no serviço público

Tempo de Atuação no Serviço Público	Quantidade	Porcentagem
De 1 a 3 anos	1	7,14%
De 3 a 5 anos	3	21,43%
De 5 a 10 anos	3	21,43%
Mais de 10 anos	7	50,00%
Total	14	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

4.2 Questões de avaliação do Controle Interno

Neste tópico, são tratadas as questões de avaliação do controle interno de acordo com a Tabela 5 (Questionário de avaliação do nível de Controle Interno) referente à segunda parte do questionário.

Tabela 5 - Questionário de avaliação do nível de Controle Interno

QUESTÕES	SIM	NÃO	EM PARTE	% SIM	% NÃO	% EM PARTE	TOTAL
1	11	1	2	78,57%	7,14%	14,29%	100,00%
2	7	1	6	50,00%	7,14%	42,86%	100,00%
3	4	4	6	28,57%	28,57%	42,86%	100,00%
4	7	7	0	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
5	3	11	0	21,43%	78,57%	0,00%	100,00%
6	14	0	0	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7	14	0	0	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
8	10	2	2	71,43%	14,29%	14,29%	100,00%
9	9	0	5	64,29%	0,00%	35,71%	100,00%
10	10	1	3	71,43%	7,14%	21,43%	100,00%
11	10	0	4	71,43%	0,00%	28,57%	100,00%
12	14	0	0	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
13	8	3	3	57,14%	21,43%	21,43%	100,00%
14	12	0	2	85,71%	0,00%	14,29%	100,00%
15	13	0	1	92,86%	0,00%	7,14%	100,00%
TOTAL	146	30	34				

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Na questão 1 (um) que trata acerca da organização prévia dos documentos antes dos lançamentos contábeis, 78,57% dos respondentes concordam que ocorre essa organização, permitindo um registro ordenado e consistente dos lançamentos. Contudo 7,14% afirmaram que não ocorre essa organização e 14,29% afirmaram que essa organização ocorre às vezes.

Na questão seguinte (dois) onde aborda o oferecimento de cursos, seminários e afins com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos servidores, expôs uma porcentagem de 50% dos quesitos positivos; 7,14% discordaram afirmando que não há o oferecimento desses cursos e 42,86% afirmaram que ocorre às vezes.

Já na terceira questão (três) onde é expressa sobre se a documentação enviada por órgãos e pelos outros setores ao Setor Contábil é transmitida em tempo hábil, 28,57% dos servidores consideraram que a documentação é enviada no período esperado; 28,57% discordam dessa afirmação e 42,86% consideram que

isso ocorre às vezes. No estudo realizado por Moraes Jr e Araujo (2013), também ficou demonstrado o atraso no envio dos documentos.

Por sua vez na questão subsequente (quatro) em que é questionada sobre a eficiência do programa de informática utilizado, metade dos servidores consideram que o programa apresenta falhas consideráveis e a outra metade discorda de tal afirmação.

Na quinta questão (cinco) na qual foi apresentada a afirmativa acerca da realização de reuniões internas mensais, 21,43% dos servidores consideram que há a realização de reuniões e 78,57% afirmaram que não ocorrem essas reuniões.

Na questão posterior (seis) em que se fala da questão dos servidores tirarem suas dúvidas com o Contador (a) Geral todos os respondentes consideram isso possível, apresentando um percentual de 100%.

Na sétima afirmativa (sete) onde se pergunta acerca do arquivamento do processo, 100% dos respondentes consideraram que é realizado de maneira correta e padronizada.

Na questão 8 (oito) na qual trata a respeito da importância do controle interno no Setor Contábil, 71,43% dos respondentes consideram o CI importante; 14,29% não consideram o CI relevante e 14,29% consideram em parte o CI significativo.

Na questão subsequente (nove) relativa ao cumprimento dos prazos definidos para a realização das atividades, 64,29% dos entrevistados afirmaram que ocorre o cumprimento desses prazos e 35,71% afirmaram em parte há o cumprimento.

Na décima questão (dez) onde se trata do impacto do não cumprimento do prazo definido, 71,43% dos respondentes consideram que é dado o conhecimento desse impacto; 7,14% discordam dessa afirmativa e 21,43% afirmaram que é dado em parte esse conhecimento do impacto.

Na questão posterior (onze) onde é perguntado acerca da qualidade do serviço dos respondentes, 71,43% consideram que desempenham suas atividades com excelência e qualidade e 28,57% consideram que desempenham em parte o seu serviço com qualidade e excelência.

Na questão 12 (doze) onde os respondentes foram questionados acerca da transmissão dos dados ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos

da Sociedade da Paraíba (SAGRES – PB), 100% consideram que o serviço realizado no Setor Contábil contribuiu de forma eficaz.

Na questão seguinte (treze) na qual os respondentes foram questionados acerca da segregação de funções no setor, 57,14% dos respondentes consideram que isso ocorre; já 21,43% discordam de tal afirmação e outros 21,43% afirmam que essa segregação ocorre em parte. No estudo de feito por Selhorst (2009), também se foi falado da importância da segregação de função..

Na questão 14 (quatorze) onde se trata da comunicação no setor estudado, 85,71% consideram que há um ambiente adequado para a ocorrência da mesma e 14,29% avaliam que em parte existe esse ambiente apropriado.

Na última questão (quinze) na qual se trata das atribuições de cada servidor, 92,86% consideram que estas são claramente definidas e 7,14% consideram que as atribuições são definidas em parte.

Tabela 6 - Nível de Controle Interno encontrado

QUESTÕES	SIM	EM PARTE
1	78,57%	14,29%
2	50,00%	42,86%
3	28,57%	42,86%
4	50,00%	0,00%
5	21,43%	0,00%
6	100,00%	0,00%
7	100,00%	0,00%
8	71,43%	14,29%
9	64,29%	35,71%
10	71,43%	21,43%
11	71,43%	28,57%
12	100,00%	0,00%
13	57,14%	21,43%
14	85,71%	14,29%
15	92,86%	7,14%
SOMA	1042,86	242,87
MÉDIA	69,52	8,09

Conforme Tabela 6 (Nível de Controle Interno encontrado) foram aplicadas 15 (quinze) questões com o objetivo de avaliar esse nível. O nível do sistema de controle interno do Setor Contábil da Prefeitura de João Pessoa apresentou em média 77,61%, ou seja, apresentou um nível bom de controle interno.

De forma positiva pode-se observar no setor supracitado que os servidores que por ventura possuam dúvidas na execução do seu serviço, estas são tiradas com o Contador (a) Geral do setor. Para os servidores deste setor o arquivamento dos processos é tido como fator positivo, sendo realizado de forma padronizada. Observa-se também que o serviço realizado pelo setor traz confiabilidade aos relatórios transmitidos ao (SAGRES – PB), outro ponto positivo a ser destacado é o ambiente de trabalho adequado para que ocorra comunicação no seu setor, além dos servidores possuírem suas funções nitidamente definidas.

De forma negativa apresenta-se a questão das reuniões internas que não ocorrem ou ocorrem com pouca frequência e a documentação enviada por órgãos e pelos outros setores ao Setor Contábil que não é enviada por muitas vezes no tempo em que deveria ser enviada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de um estudo de caso, esta pesquisa teve como questão norteadora avaliar o nível do Controle Interno do Setor Contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Um sistema de Controle Interno eficiente é fundamental para a continuidade de uma entidade, assim essa ferramenta permite auxiliar a gestão na prevenção de erros ou fraudes. O nível do sistema de controle interno do setor citado anteriormente apresentou em média 77,61%.

Como limitações dessa pesquisa pode-se destacar a falta de outra pesquisa do setor contábil de outro município para se fazer um comparativo com o setor supracitado estudado dessa pesquisa, como também a aplicação de questionários com outros setores interligados com o setor contábil da Prefeitura Municipal de João Pessoa, além da falta de respostas nos quesitos abertos do questionário, com maior frequência no quesito 8 (oito).

É sugerido nas próximas pesquisas que possam ser desenvolvidas nesse setor de forma que apresentem uma maneira de melhorar o nível de controle interno, permitindo que o nível passe de bom para ótimo, trazendo ainda mais segurança para a gestão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti de. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BLUMEN, Abrão. **Avaliação dos Controles Internos e Mapa de Riscos**. 2005. Disponível em:<
<http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigosArquivos/0c22ab296b986a0a39f23601a5e7153e.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

D'ÁVILA, Marcos Zähler; OLIVEIRA, Marcos Aparecido Martins. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos de Organizações**. São Paulo: Nobel, 2002.

DELOITTE. **Lei Sarbanes-Oxley: guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos**. São Paulo: Deloitte, 2003

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Manual de Controles Internos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FOLHA UOL. **Entenda o caso Enron**. Uol, 2003. Disponível em:<
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u416.shtml>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOCK, José Osvaldo. **Guia para a implementação do sistema de controle interno nos municípios**. Curitiba: Juruá, 2007.

JUND, Sérgio. **Auditoria: conceitos, normas técnicas e procedimentos**. Rio de Janeiro: Impetus, 2001.

LEITE, Pedro Bezerra. **O Controle Interno do Município de Santana dos Garrotes – PB**. Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2011. Disponível em:<http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/o_controle_interno_do_municapio_de_santana_dos_garrotes__pb_1343829740.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2014.

MCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 5. ed. Brasília: STN, 2012.

MORAES JR, Valdério Freire; ARAUJO, Aneide Oliveira. **Características do Controle Interno nas Empresas Contábeis**. Revista Razão Contábil & Finanças, v.4, n.1, 2013. Disponível em:< <http://www.fate.edu.br/ojs/index.php/rrcf/index>>. Acesso em: 5 jul. 2014

MORAIS, Márcia Valéria da Silva. **O uso do controle interno como ferramenta de gestão**. Classe contábil, 2008. Disponível em:< <http://www.classecontabil.com.br/artigos/ver/1459>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

OLIVEIRA, Marcileide Paranhos de. **O Controle Interno: um estudo de caso no ramo de supermercados**. 41 p. Monografia. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Juina, 2009. Disponível em:< <http://www.infoclad.com.br/apostilas/Seguran%C3%A7a%20e%20Auditoria%20de%20Sistemas/trabalho%20sobre%20studio%20de%20casos%20de%20supermercado s.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

OLIVEIRA FILHO, José Alceu de. **Controle Interno e Externo da Gestão Pública**. Brasília - DF: AVM Instituto, 2010. Disponível em:< http://lms.ead1.com.br/webfolio/Mod1750/mod_controle_interno_e_externo_da_gest_ao_publica_v3.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014.

RIBEIRO FILHO, José Francisco et al. **Estudando Teoria da Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Ângela Maria Lira de Souza Sales. **A aplicação da legislação sobre Controle Interno na Prefeitura de Esperança/PB**. Universidade Federal da Paraíba, 2011. Disponível em:< http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/a_aplicacao_da_legislacao_sobre_controle_interno_na_prefeitura_de_esperancaapb_1343926027.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2014.

RODRIGUES, Silvio Cesar de Britto Rodrigues. **A importância do Controle Interno na Administração Pública**. 32 p. Monografia. Universidade Cândido Mendes: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:< http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K225415.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014.

SELHORST, Beatriz Terezinha Dal Piva. **Controle Interno e de estoques: um estudo de caso em um supermercado**. 55 p. Monografia. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena: Juina, 2009. Disponível em:< http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804121102.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade para Concursos e Exame de Suficiência**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

QUESTIONÁRIO

- ESTE QUESTIONÁRIO TEM POR FINALIDADE SUBSIDIAR PESQUISA ACADEMICA INTITULADA **CONTROLE INTERNO NO SETOR CONTÁBIL: ESTUDO REALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**
- NÃO É NECESSÁRIO SE IDENTIFICAR. OS DADOS OBTIDOS SERÃO ANALISADOS E UTILIZADOS NA MONOGRAFIA E EM ARTIGOS CIENTÍFICOS.
- SOLICITAMOS QUE SEJA O MAIS SINCERO POSSÍVEL NAS SUAS RESPOSTAS.
- FAVOR NÃO DEIXAR RESPOSTAS EM BRANCO.
- 1ª PARTE: PERFIL DO PESQUISADO
- 2ª PARTE – QUESTÕES DE AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

1ª PARTE – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1. Gênero

a) () Masculino

b) () Feminino

2. Faixa etária

a) () De 18 a 20 anos

c) () De 31 a 40 anos

b) () De 21 a 30 anos

d) () Acima de 41 anos

3. Escolaridade

a) () Nível médio

c) () Curso técnico

b) () Nível superior

d) () Pós graduação

4. Caso a resposta anterior tenha sido a letra b) ou d) qual o curso de nível superior que você possui? _____

5. Tempo de atuação no Serviço Público

a) () De 1 a 3 anos

c) () De 5 a 10 anos

b) () De 3 a 5 anos

d) () Mais de 10 anos

2ª PARTE – QUESTÕES DE AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

1. Você considera que no seu setor ocorre a organização dos documentos antes de realizar os lançamentos, afim de permitir o registro ordenado e consistente dos lançamentos contábeis?

a) () Sim

b) () Não

c) () As vezes

2. São oferecidos aos servidores públicos deste setor cursos, seminários, palestras como forma de aprimorar os seus conhecimentos?

a) () Sim

b) () Não

c) () As vezes

3. A documentação enviada por órgãos e pelos outros setores ao Setor Contábil é transmitida em tempo hábil?

a) () Sim

b) () Não

c) () As vezes

4. Você considera que o programa de informática utilizado é eficiente? Se não, por quê?

a) () Sim

b) () Não

5. Ocorrem reuniões internas mensalmente? Se não, quando ocorrem?

a) () Sim

b) () Não

6. Os servidores do setor tiram suas dúvidas com o Contador(a) Geral responsável pelo Setor Contábil?

- a) () Sim b) () Não c) () As vezes

7. O arquivamento dos processos é realizado de forma correta e padronizada?

- a) () Sim b) () Não c) () As vezes

8. Em sua opinião, o controle interno é importante no seu setor? Por quê?

- a) () Sim b) () Não c) () Em Parte

9. Há o cumprimento dos prazos definidos para a realização das atividades produzidas neste setor?

- a) () Sim b) () Não c) () Em Parte

10. No caso do não cumprimento do prazo definido, é dado o conhecimento do impacto que isto pode causar?

- a) () Sim b) () Não c) () Em Parte

11. Você considera que o seu serviço é realizado com excelência e qualidade? Por quê?

- a) () Sim b) () Não c) () Em Parte

12. Você considera que o serviço realizado no seu setor contribui de forma para que os dados fornecidos ao Sagres-PB sejam transmitidos de maneira eficaz?

- a) () Sim b) () Não c) () Em Parte

13. Há segregação de funções no seu setor?

a) (☐) Sim

b) (☐) Não

c) (☐) Em Parte

14. Há um ambiente adequado para que ocorra comunicação no seu setor?

a) (☐) Sim

b) (☐) Não

c) (☐) Em Parte

15. Suas atribuições são nitidamente definidas?

a) (☐) Sim

b) (☐) Não

c) (☐) Em Parte

Fonte: Adaptado de Blumen (2005) e Moraes Jr; Araujo (2013)